



## Plenário deve analisar projeto sobre revisão de gasto público

Também tem urgência na pauta proposta com regras e ritos processuais para responsabilizar sócios que usarem a empresa para fraudes ou atos abusivos, em proveito próprio



Jonas Pereira/Agência Senado — 21/2/2018

Pauta da semana do Plenário tem ainda acordo com a China para assistência mútua administrativa em matéria aduaneira, com troca de informações sobre drogas

**E**stá na pauta do Plenário desta semana projeto que obriga o governo a enviar anualmente ao Congresso o Plano de Revisão Periódica de Gastos, para basear a avaliação da continuidade ou não de programas.

A proposta é uma das que têm regime de urgência. A outra é a que estabelece regras e detalha ritos processuais para responsabilização de sócios que usarem a empresa para fraudes ou atos abusivos, buscando proveito próprio.

Também está na pauta o acordo assinado entre Brasil e China para assistência mútua administrativa em matéria aduaneira. **3**

### Depois de decisão do STF, Lei das Teles volta ao Senado

Ação da oposição pedindo ao Supremo que a proposta voltasse a tramitar na Casa teve sentença favorável. O projeto que permite a incorporação de parte do

patrimônio público que as teles vêm usando desde a privatização será analisado na Comissão de Ciência e Tecnologia e terá Flexa Ribeiro como relator. **3**

### Autonomia indígena será discutida na Comissão de Direitos Humanos

Audiência pública interativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate hoje o fortalecimento da autonomia dos povos indígenas. A ini-

ciativa é do vice-presidente da comissão, Paulo Paim. Entre os convidados, estão antropólogos e representantes de aldeias e da Defensoria Pública. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 19/4/2018

Audiência vai debater o fortalecimento da autonomia dos povos indígenas

### Debate sobre o Pantanal será realizado em MT

Audiência pública para tratar da gestão e proteção do bioma Pantanal será realizada hoje em Cuiabá pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). O relator do projeto que dispõe sobre a Nova Lei do Pantanal, Pedro Chaves, apresentou emenda criando um fundo para

o Pantanal e quer elaborar relatório que concilie interesse de pantaneiros com o de ambientalistas. Segundo ele, o grande desafio da nova lei é criar regras que produzam emprego e renda na região e, ao mesmo tempo, não provoquem danos ao meio ambiente. **2**



Cristian Dimittius/NatGeo

Gestão e proteção do bioma Pantanal foi debatida em Campo Grande e agora será tema de audiência em Cuiabá

### Convidados defendem voto impresso em audiência

Os participantes de debate na Comissão de Direitos Humanos ressaltaram que o voto impresso é essencial para garantir a lisura das eleições por ser o único a permitir a realização de auditoria dos pleitos. **4**

### Fim do selo de transgênicos pode passar por outras comissões

Projeto que permite retirar o triângulo amarelo com a letra T dos rótulos de alimentos que contêm transgênicos, aprovada na Comissão de Meio Ambiente, pode ter que passar por outros colegiados. **4**

### Nova Lei Seca, com regras mais duras, já está em vigor **2**

### Sessão especial homenageia cultura gaúcha **3**

### Colegiado debate hoje futuro da educação no país **3**

# Endurecimento da Lei Seca no trânsito já está em vigor

Nova legislação aumenta penas e torna mais clara a responsabilidade do motorista que dirigir sob efeito de álcool ou drogas e se envolver em acidente que resulte em morte ou lesões corporais graves

ENTROU EM VIGOR na semana passada a Lei 13.546, que endurece regras da Lei Seca. A nova norma aumenta a pena para motoristas sob o efeito de álcool ou drogas que causem mortes no trânsito. Também altera o Código de Trânsito Brasileiro para deixar mais clara a responsabilidade do condutor que, com capacidade psicomotora alterada pelo consumo de álcool ou drogas, se envolve em acidente de trânsito que resulte em lesão corporal grave ou gravíssima.



André Borges/Agência Brasília

**Motorista bêbado que causar morte poderá ficar até 8 anos na prisão**

Sancionada pelo presidente Michel Temer em dezembro de 2017, a lei teve origem no PLC 144/2015, da deputada Keiko Ota (PSB-SP), aprovado no Senado em novembro de 2016. Temer vetou a possibilidade de substituição de pena por lesão ou homicídio causados por motorista embriagado ou participante de rachas.

A lei sancionada acrescenta regra que obriga o juiz a fixar a pena-base "dando especial atenção à culpabilidade do agente e às circunstâncias e consequências do crime".

Na nova lei, foi acatada uma das emendas propostas pelo Senado para aumento de pena para homicídio culposo cometido por motorista sob efeito de álcool ou drogas. De acordo com o texto, primeiramente aprovado pela Câmara dos Deputados, em setembro de 2015, a pena de prisão de dois a quatro anos passaria para

quatro a oito anos. A emenda do Senado estendeu a pena para de cinco a oito anos de reclusão.

## Emenda rejeitada

Outra emenda proposta pelo Senado, porém, foi rejeitada pela Câmara: a que criminalizava a conduta de quem dirigir embriagado ou sob efeito de drogas independentemente da quantidade ingerida. A emenda rejeitada estabelecia que qualquer concentração dessas substâncias no sangue do motorista iria sujeitá-lo a detenção de um a três anos, multa e suspensão ou proibição do direito de dirigir.

O texto enviado para sanção previa a substituição da pena de prisão por pena restritiva de direitos para alguns casos, quando a duração da pena de prisão fosse de até quatro anos. Os casos em que isso poderia

ocorrer seriam: lesão corporal culposa (sem intenção) ou homicídio culposo sob influência de álcool ou entorpecente, além de lesão grave ou morte por participação em rachas.

A substituição de pena, prevista no Código Penal, só seria concedida se o réu não fosse reincidente em crime doloso e caso a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias, indicassem que a pena restritiva fosse suficiente. O trecho, porém, foi vetado por Temer e o veto foi mantido pelo Congresso neste mês.

As penas para crimes no trânsito são regidas principalmente pelo Código de Trânsito Brasileiro, mas também há normas no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099, de 1995).

# Eunício quer ampliar intercâmbio com japoneses

Teminou na sexta-feira a visita do presidente do Senado, Eunício Oliveira, ao Japão. Ele, Jorge Viana (PT-AC) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) estavam no país desde o dia 14, a convite do governo japonês. Foi a primeira vez que senadores brasileiros participaram do programa de intercâmbio entre Legislativos da Câmara de Conselheiros nipônica.

O presidente foi recebido pelo imperador Akihito. Eles conversaram sobre a necessidade de aumentar a integração entre Brasil e Japão.

O incremento das relações bilaterais também foi defendido por Eunício em reunião na sede da Federação das Indústrias do Japão (Keidanren).

Ele ainda se encontrou com

os presidentes do Legislativo no país: Chuichi Date, da Câmara dos Conselheiros, e Tadamori Oshima, da Câmara dos Representantes.

Em Hiroshima, a delegação prestou homenagem às vítimas da bomba atômica lançada durante a 2ª Guerra Mundial.

*Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado*

# Medida que altera a reforma trabalhista perde a validade hoje

A Medida Provisória que modifica diversos pontos da lei que instituiu a reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017) perderá a validade hoje.

A MP 808/2017 não foi analisada pela comissão mista, que não chegou a eleger um relator para a medida. O posto

caberia a um deputado.

O texto contém mudanças em 17 artigos da reforma trabalhista e fazia parte de um acordo firmado pelo presidente Michel Temer com os senadores quando o projeto da reforma foi votado na Casa, em julho de 2017.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

### CDH Povos indígenas

9h Audiência interativa sobre a autonomia dos povos indígenas.

### CMA Pantanal

9h Audiência em Cuiabá sobre o Pantanal.

### PLENÁRIO Sessão especial

10h Homenagem aos 70 anos do 35 CTG, primeiro centro de tradições gaúchas.

### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos e avisos da Mesa.

### CSE Educação

18h Debate sobre fronteiras na educação.

TERÇA

### CI Recursos para transportes

9h Entre 17 itens, o PLS 11/2013, que destina verba para transportes coletivos.

### CAE Intermediação financeira

10h Audiência sobre os custos da intermediação financeira. Após, 12 itens.

### CTFC Reajuste em planos de saúde

10h Audiência sobre aumentos nas mensalidades nos planos de saúde dos servidores públicos do Executivo.

### CE Formação de professores

10h30 Audiência sobre a descontinuidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.

### CRA Política pública

11h Análise de plano de trabalho para avaliar política pública. Depois, 7 itens.

### MP 812/2017 Fundos constitucionais

11h Análise de relatório.

### CMA Patentes verdes

11h30 O PLS 158/2012, que prioriza pedidos de patentes verdes, é um dos 13 itens.

### CCT Radiodifusão comunitária

14h30 Dos 29 itens, 23 são sobre serviço de radiodifusão comunitária.

QUARTA

### CDH Saúde no trabalho

14h30 Audiência discute segurança e saúde no trabalho.

### CI Transposição

15h Debate sobre obras no São Francisco.

### MP 818/2018 Estatuto da Metrópole

15h Análise de relatório sobre a MP que altera o Estatuto da Metrópole.

### CAS Visão e audição

9h O PLC 104/2015, que exige exame auditivo e visual de alunos, é um dos 17 itens.

### CDR Zona Franca Verde

9h Pauta tem o PLS 68/2016, que amplia benefícios fiscais à Zona Franca Verde.

### CCI Fuga de prisão

10h Na pauta, o PLS 157/2016, que eleva pena para fuga de prisão com violência.

### CE Reprovação e evasão

10h30 Audiência sobre reprovação e evasão em escolas públicas.

### CTFC Obras em andamento

10h30 O PLS 326/2017, sobre verba federal para concluir obras em andamento, é um dos 4 itens.

### CMCVM Lei do Feminicídio

14h30 Debate sobre a Lei do Feminicídio.

### CÓDIGO COMERCIAL Negócios

14h30 Audiência discute melhoria do ambiente de negócios no Brasil.

### MP 821/2018 Ministério da Segurança

14h30 Audiência sobre a MP que cria o Ministério da Segurança Pública.

### CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO Plano

15h Análise do plano de trabalho.

QUINTA

### CDR Forró

9h Debate no Rio sobre proposta que prevê o forró como patrimônio imaterial.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira

**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima

**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza

**Primeiro-secretário:** José Pimentel

**Segundo-secretário:** Gladson Cameli

**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares

**Quarto-secretário:** Zeze Perrella

**Suplentes de secretário:**

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão

**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli

**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria

**Coordenador-geral:** Sílvio Burre

**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima

**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção

**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá

**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Revisão de gastos públicos está na pauta desta semana

Plano a ser enviado anualmente pelo governo ao Congresso vai embasar análise sobre a continuidade ou não de programas, determina proposta que visa melhorar a qualidade do uso do dinheiro público

UM PROJETO QUE obriga o governo a enviar anualmente ao Congresso o Plano de Revisão Periódica de Gastos, que deve basear a avaliação da continuidade ou não de programas, está na pauta do Plenário desta semana. O PLS 428/2017 — Complementar, do senador José Serra (PSDB-SP), tem regime de urgência.

A proposta visa melhorar a qualidade do gasto público e tem voto favorável do relator, Armando Monteiro (PTB-PE). Para o senador, com a revisão anual, poderão ser encontrados espaços para novas despesas e novos programas, garantindo mais eficiência e dinamicidade aos gastos públicos. Ele sugeriu emenda para obrigar que sejam avaliadas também a economicidade e a sustentabilidade fiscal das mais relevantes políticas públicas do governo federal.

Contrário ao projeto, Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou emendas ao texto, sugerindo avaliação do impacto nas políticas públicas. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também se disse contrário ao projeto.

## Fraudes

Em urgência também está o PLC 69/2014, que estabelece regras e detalha ritos processuais para responsabilização de sócios que usarem a empresa para fraudes ou atos abusivos, buscando proveito próprio.

A legislação já prevê a chamada desconsideração da personalidade jurídica, que permite a responsabilização de sócios e administradores por fraudes cometidas pela empresa. Mas a lei não contém normas para a aplicação da medida, o que estaria gerando indefinição e controvérsias.

A concessão do título de Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana para o município de Nova Veneza, em Santa Catarina, prevista no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 123/2017, também deve ser analisada pelo Plenário.

Outro item da pauta é o acordo assinado entre Brasil e China para assistência mútua administrativa em matéria aduaneira (PDS 18/2018). O texto determina que, a pedido e na medida do possível, as autoridades aduaneiras de ambos os países deverão manter especial vigilância e compartilhar informações relativas ao tráfico de drogas. O mesmo se dará em relação a pessoas, mercadorias, locais e meios de transporte sob suspeita de prática de infrações aduaneiras. O relatório, pela aprovação, é da senadora Ana Amélia (PP-RS).

## Sessão celebra centros que preservam cultura gaúcha

A cultura e as tradições do Rio Grande do Sul serão tema de sessão especial. Hoje, às 10h, o Plenário vai homenagear os 70 anos do 35 CTG, primeiro centro de tradições gaúchas, os 150 anos do Partenon Literário, os 80 anos da Sociedade Gaúcha de Lomba Grande e os 70 anos da Comissão Gaúcha de Folclore. A iniciativa é de Ana Amélia (PP-RS) com apoio de Paulo Paim (PT-RS) e Lasier Martins (PSD-RS), entre outros.

O 35 CTG recebeu o nome em homenagem ao início da Revolução Farroupilha, em 1835. Hoje, há quase 1,7 mil centros como esse em várias cidades, em que os gaúchos



Festividade da chama crioula no Acampamento Farroupilha, em 2014

cultuam e divulgam o folclore, a cultura e a gastronomia do Rio Grande do Sul.

As demais homenagens serão ao Partenon, uma agremiação cultural, à sociedade

de Lomba Grande, uma das entidades tradicionalistas mais antigas do estado, e à comissão de folclore, que incentiva e as manifestações das culturas tradicionais gaúchas.

## Fronteiras da educação serão tema de audiência

A Comissão Senado do Futuro discutirá hoje em audiência pública as fronteiras na educação brasileira, como parte do ciclo de debates sobre o Brasil que queremos até 2022. A discussão terá a participação de professores, que abordarão as perspectivas e desafios para

a educação no Brasil.

Foram convidados o fundador da Escola da Ponte em Portugal, José Pacheco, a assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) Marcia Acioli, o presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância

(Abed), Fredric Michael Litto, e o professor Heitor Gurgulino de Souza, presidente da Academia Mundial de Artes e Ciências (WAAS, na sigla em inglês).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

## Comissão debate autonomia indígena hoje

O fortalecimento da autonomia dos povos indígenas será tema de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) hoje, às 9h. A iniciativa é do vice-presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados a presidente da Associação Brasileira

de Antropologia (ABA), Lia Zanotta Machado, e o secretário para Assuntos dos Povos Indígenas da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Idjawa Rosa Karajá.

Também participarão do debate a coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do

Brasil (Apib), Sonia Guajajara e representantes de aldeias e da Defensoria Pública.

A audiência terá caráter interativo e ocorrerá no plenário 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

## Após Supremo decidir, Senado volta a analisar Lei das Teles

O Senado volta a analisar nesta semana a proposta que altera a Lei Geral de Telecomunicações. O Projeto de Lei da Câmara 79/2016 foi encaminhado à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT), onde terá o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) como relator.

Em 2016, o projeto foi aprovado em decisão final pela extinta Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional e enviado para sanção do presidente da República, Michel Temer. No entanto, a oposição entrou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a devolução do texto ao Senado.

## Oposição

Os autores argumentaram que a proposta teve tramitação acelerada, sem a análise das comissões permanentes da Casa, e que deveria ter ido à votação no Plenário.

Sabendo da resistência dos senadores da oposição ao tema, Flexa disse que apresentará requerimento para audiência pública na reunião da CCT marcada para amanhã.

— A intenção é ouvir todos os segmentos que têm interesse no PLC. A partir daí, vamos iniciar a elaboração do relatório. Espero falar com o senador Otto Alencar [do PSD-BA, presidente da CCT] para que ele possa marcar a audiência para a semana seguinte — afirmou o relator, que acredita ser possível votar o projeto da Câmara ainda em 2018.

Se depender de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), isso não vai ocorrer.

— Acho difícil ser aprovado neste ano, pois o projeto é muito ruim. Não sei qual senador terá a coragem de colocar sua digital numa proposta dessas.

Vanessa informou que já apresentou requerimento para que o texto passe também pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para ela, a proposição não é meramente técnica para ficar restrita à CCT, mas mexe profundamente com a economia.

— O projeto tem aspectos importantes, mas o grande objetivo é desfazer todo um contrato lá do período da privatização. E quando se desfaz esse contrato, passa-se gratuitamente um patrimônio público para empresas privadas sem nenhuma contrapartida — criticou.

Autor do projeto, o deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) diz que a intenção é estimular os investimentos em suporte à banda larga e aumentar a segurança jurídica dos envolvidos na prestação de serviços de telecomunicações.

## Apoio

A proposta tem o apoio das empresas do setor, para as quais o modelo de concessões concebido nos anos 1990 está defasado. Alguns senadores, porém, criticaram pontos do texto, como a anistia de multas às companhias e o item que dispensa as teles de devolver à União, ao fim das concessões, parte do patrimônio físico que vêm usando desde a privatização, há 20 anos.

### O que determina o PLC 79/2016

<b>Satélite</b>	Mantém o prazo de até 15 anos para o direito de exploração de satélite para transporte de sinais e permite sucessivas renovações. Atualmente o prazo só pode ser renovado uma vez.
<b>Incorporação de bens</b>	Atualmente as concessionárias administram vários bens públicos, que devem devolver ao Estado no caso de fim de concessão. O projeto permite às operadoras incorporar os bens públicos usados na telefonia fixa ao término das concessões dos anos 1990, desde que reinvestam o valor dos bens em infraestrutura de internet em áreas carentes. Oposição alega que são R\$ 100 bilhões em bens; as empresas dizem que já houve grande depreciação e que o valor não chega a R\$ 20 bi.
<b>Regime</b>	Permite que as empresas de telefonia fixa troquem o sistema de concessão por autorização. Na prática, isso permite menos controle estatal e mais liberdade de decisão em relação a investimentos. A mudança deve ter o aval da Anatel e a troca para autorização só será possível se comprovado o cumprimento das metas de universalização e a competição efetiva entre empresas do setor.
<b>Revenda de espectro</b>	Possibilita a transferência de autorização de radiofrequências diretamente a outro interessado, prática conhecida como revenda de espectro. O objetivo, segundo o projeto, é garantir o uso mais eficiente do espectro e aumentar a competição.
<b>Fust</b>	Altera a Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para deixar claro que a contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta das empresas incide apenas sobre os serviços de telecomunicações. Isso afasta, por exemplo, interpretações de que deveria incidir em receitas publicitárias de rádios e TVs.

# Debate ressalta importância do voto válido para fortalecer a democracia

Especialistas também defenderam a adoção da impressão do voto já este ano, como forma de permitir auditoria dos resultados das eleições

**PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA** pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ressaltaram a importância do voto para o fortalecimento da democracia. Os especialistas também defenderam o voto impresso para permitir auditoria dos resultados das eleições.

A audiência discutiu formas de combate aos votos branco e nulo e à abstenção. Na opinião do senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da CDH, que pediu o debate, a democracia depende do voto do cidadão.

— Há uma campanha pelo

voto branco, pelo voto nulo, pela abstenção. Campanha equivocada! Temos que olhar para a vida dos homens públicos. Que os bons voltem. Já aqueles que têm um discurso de palanque, mas depois votam contra o povo, não podem voltar. Se você não votar, está jogando no time dos piores.

Para o advogado Samuel dos Santos, a democracia é um dos direitos humanos e deve ser fortalecida nas eleições.

— Incrivelmente, nós temos que tratar de defender a democracia. Nós que imaginávamos que essa fase da vida nacional

já havia sido superada. Pesa sobre os nossos ombros a responsabilidade de assegurar esta forma civilizada de vida, não permitindo, sob nenhuma hipótese, que o Brasil regresse a um estado de barbárie.

O voto impresso pode contribuir com a segurança das eleições, disse o representante da Associação Pátria Brasil, Felipe Gimenez. Na visão dele, a urna eletrônica, sem a impressão do voto, violenta o princípio constitucional da publicidade.

Gimenez criticou a ação da procuradora-geral da Repúbli-

ca, Raquel Dodge, no Supremo Tribunal Federal (STF), para derrubar o voto impresso sob o argumento de que ele compromete o sigilo.

— Se a Corte Constitucional acolher o argumento de Dodge, deve também declarar inconstitucional o sistema eletrônico de votação, porque o instrumento usado hoje violenta os princípios constitucionais — disse.

## Voto impresso

A obrigatoriedade de impressão do voto pelas urnas eletrônicas foi aprovada em 2015 pelo Congresso e será feita de forma parcial nas eleições de 2018. A ação aguarda o julgamento do STF. Outros convidados como o jornalista Sylvio Costa, do Congresso em Foco, e o professor da Universidade de Brasília (UnB) Pedro Dourado Rezende também defenderam o voto impresso.

DE SUA OPINIÃO

## Projeto proíbe cobrança por marcação de assento em voo

Em fevereiro começou a ser adotada no Brasil a cobrança para que o passageiro escolha o assento antes do voo. O PLS 186/2018 objetiva acabar com esse tipo de procedimento. Do senador Reguffe (sem partido-DF), o projeto garante o direito de marcar os assentos gratuitamente em qualquer tempo.

Qual a sua opinião sobre o projeto?

Vote em: <http://bit.ly/PLS186-2018>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal **e-Cidadania**: [senado.leg.br/ecidania](http://senado.leg.br/ecidania)

Comente também na página do Senado no **Facebook**: [facebook.com/senadofederal](https://facebook.com/senadofederal)



Para Paulo Paim (3º à esq.), deixar de votar é permitir que quem atua contra o povo permaneça na política

## Fim do selo de transgênico pode ser analisado em mais comissões

A discussão no Senado sobre a possível retirada do triângulo amarelo com a letra T dos rótulos de alimentos que contêm produtos transgênicos pode estar longe de terminar. Na terça-feira, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou parecer favorável do relator, senador Cidinho Santos (PR-MT), ao projeto de lei da Câmara (PLC 34/2015) que elimina a presença do símbolo nas embalagens.

Os próximos passos da proposta, do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), dependem agora do Plenário do Senado.

Três requerimentos do senador Humberto Costa (PT-PE) aguardam votação para decidir o envio do projeto, também, para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição e Justiça (CCJ) e de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

### Tramitação

Além da CMA, o projeto foi votado pelas Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), que o rejeitou, de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Sociais (CAS), que voltou a rejeitá-lo.

A CCT iniciou o processo de discussão da proposta aprovando parecer do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pela rejeição.

Caminho diverso foi aberto

com a chegada da proposta à CRA. A comissão aprovou o parecer favorável de Cidinho.

Já a CAS resgatou o voto contrário ao projeto, por meio de parecer da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Cidinho concluiu no relatório “não existir um registro sequer, suficientemente comprovado e validado por criteriosa análise científica, que ateste danos ou prejuízos à saúde humana em virtude da ingestão de produtos feitos à base transgênicos”.

Opinião contrária foi expressada por Humberto. Para o senador, eventuais riscos à saúde humana e ao meio ambiente seriam mais do que suficientes para justificar análise do tema sob outros ângulos.

“Nós sabemos que até hoje não há um consenso científico de que os transgênicos sejam absolutamente inócuos à saúde das pessoas. Por essa razão é que eu acho que nós temos que continuar dando direito ao consumidor de saber a composição desses alimentos ou desses produtos que contêm transgênicos”, considera Humberto.

Relatora na CAS, Vanessa observou que o aviso nos rótulos é um direito do consumidor, que requer “ampla e adequada informação” sobre os produtos que consome, diz a senadora no relatório.

## Cuiabá sedia debate sobre gestão do Pantanal

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) promove hoje, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em Cuiabá, audiência sobre gestão e proteção do bioma Pantanal.

O relator na CMA do projeto que dispõe sobre uma nova legislação para o bioma (PLS 750/2011) e autor da emenda sobre criação do Fundo Pantanal, Pedro Chaves (PRB-MS) pretende construir relatório que concilie interesse de pantaneiros com o de ambientalistas.

— O debate em Mato Grosso

do Sul foi muito proveitoso. Esperamos obter o mesmo resultado no nosso vizinho, Mato Grosso. As sugestões colhidas nas audiências ajudarão a constituir a legislação de preservação do Pantanal e dar segurança jurídica ao pantaneiro — afirmou.

Segundo o senador, o grande desafio da Nova Lei do Pantanal é criar regras que produzam emprego e renda na região sem provocar danos ao meio ambiente.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, Chaves fez

duas alterações no projeto do senador licenciado e atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi (PP-MT). A primeira delas propôs a criação do Fundo Pantanal e a segunda ampliou o alcance dos limites de proteção da norma para a Bacia do Alto Paraguai.

Entre as finalidades do fundo, estão o apoio a ações de gestão de áreas protegidas, monitoramento e fiscalização ambiental, pesquisa da biodiversidade e recuperação de áreas desmatadas e degradadas.

## Colegiado participa da entrega de títulos em MT

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizou uma audiência pública na quinta-feira em conjunto com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso para iniciar a entrega de 340 certificados de reconhecimento de ocupação para moradores de áreas nos bairros de Paraíso 1, Paraíso 2 e Nova União, todos em Cuiabá.

Como explicou o senador Wellington Fagundes (PR-MT), 30% a 40% das propriedades no estado não possuem escritura.

O representante do Terra Legal, André Luiz Welter, disse que há 9 milhões de hectares de terras em 542 glebas sob a responsabilidade do programa do governo federal para regularização em Mato Grosso. A doação de 71

hectares pela União marca a continuidade do projeto, segundo informou.

O deputado estadual Pedro Satélite (PSD) explicou que o problema da regularização fundiária em Mato Grosso vem da época da ocupação do estado promovida pelo governo militar, quando se incentivou a vinda de pessoas, mas não ocorreu a legalização

das propriedades rurais.

O ex-prefeito de Guarantã do Norte Lutero Siqueira ressaltou que a reforma agrária possibilitou a criação de cidades como Guarantã do Norte e Lucas do Rio Verde, que foram inicialmente assentamentos. Com essa série de regularizações, disse ele, 70 mil pessoas devem ter suas terras legalizadas.



Wellington afirma que de 30% a 40% das terras não têm escritura